

COMUNIDADE DE PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS DO CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL: AÇÕES NA UBS E CRAS BASEADAS NO FEMINISMO LATINO-AMERICANO

MARIA KLARA CHAVES MOTTA DA COSTA¹; KATHARYNE FIGUEIREDO ELESBÃO²; MIRNA DE MARTINO DAS CHAGAS³; RENATA SILVA E SILVA⁴; DIEGO EUGÊNIO ROQUETTE GODOY ALMEIDA⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – mariaklarachvs@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – katharynefe@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – mirnadmartino@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – renatassilva.to@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – diego.godoy@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O Laboratório de Práticas Emancipatórias e Territoriais (LAPET) é um programa pensado por docentes da Terapia Ocupacional (TO) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), atuando nos três pilares universitários: ensino, pesquisa e extensão. Observando a vulnerabilidade do bairro Dunas, território marcado pela precariedade (problemas de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, recolhimento de lixo e habitação), os coordenadores do laboratório se propuseram a criar o Programa de Extensão *Comunidade de Práticas Emancipatórias* (CoPE). Neste ano, 2021, foi possível a inserção de estagiárias no território, além dos alunos extensionistas. Desta forma, houve um trabalho articulado entre ensino e extensão, priorizando as demandas da Unidade Básica de Saúde (UBS) e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Teoricamente, as ações foram embasadas nos pressupostos teóricos das Terapias Ocupacionais do Sul e das perspectivas feministas decoloniais. Tal orientação teórico-metodológica justifica-se pela necessidade de se pensar a Terapia Ocupacional em sua vertente crítica, politizando os saberes técnico-profissionais a fim de responder à complexidade dos problemas sociais. Importante dizer que as ações aqui relatadas, tanto no setor da Saúde, quanto da Assistência Social, trazem em comum a centralidade no sofrimento feminino, atravessado pela racialização e opressão de classe. Assim, o objetivo deste trabalho é relatar a construção teórico e prática do projeto estágio-extensão, que contempla ações remotas intersetoriais no CRAS e na UBS, colocando o território como centro e objeto de intervenção.

1.1 Referencial Teórico

Falar de colonialidade é enxergar o lado obscuro da modernidade (MIGNOLO, 2017). A concepção de humanidade consolidada pelo domínio europeu divide o mundo em dois grupos: superior e inferior, primitivo e civilizado, racional e irracional, tradicional e moderno. Com efeito, o continente europeu se impôs como modelo universal do progresso e destino único da racionalidade, enquanto outras populações racializadas são colocadas em um estágio primitivo, de pouco desenvolvimento. (LUGONES, 2008). O colonialismo europeu teve por consequência a colonialidade, que transcende as particularidades deste e não desaparece conforme a descolonização ou a independência do país (QUIJANO, 1997). É o conceito de colonialidade que explica a continuidade de relações coloniais de dominação, baseadas em hierarquias de gênero, raciais, epistêmicas,

culturais e territoriais. (TONIAL, MAHEIRIE, GARCIA Jr., 2017). O processo de colonização permitiu a criação de identidades geoculturais (América, África, Europa), e logo, raciais (índio, africano, mestiço, europeu). Estas classificações foram impostas ao mundo com a expansão do colonialismo, se configurando como um universo novo de relações intersubjetivas de dominação sob a hegemonia eurocentrada. Este novo universo se denominou *modernidade*. (QUIJANO, 2014). Tal classificação exclui mulheres negras e indígenas, visto que se entende as categorias de forma homogênea, havendo sempre um dominante como norma. Quando se fala em *mulheres*, fazem parte da norma as mulheres brancas, heterossexuais e burguesas; o termo *homens* se refere também a brancos, burgueses e heterossexuais. (LUGONES, 2008). Ou seja, o padrão dominante que inaugura a modernidade é patriarcal, heterossexual e racista, e as perspectivas feministas decoloniais surgem como teoria e prática de enfrentamento à essa matriz de opressão pautada no gênero, raça e classe (LUGONES, 2008).

Por fim, utiliza-se o conceito de território trazido por Milton Santos, observando-o como um espaço social, uma realidade relacional que se compõe por objetos naturais, geográficos, juntamente com a sociedade em movimento; o território é um conceito de interligação entre estruturas macro e microsociais (BIANCHI, MALFITANO, 2020).

2. METODOLOGIA

O estágio supervisionado do curso de Terapia Ocupacional da UFPel, devido à pandemia de COVID-19 e às medidas de prevenção adotadas, teve de ser adaptado para o formato virtual. Todas as ações das estagiárias foram realizadas a partir de suas residências, respeitando o isolamento social necessário para prevenir a transmissão do vírus. As ações possíveis de serem realizadas neste formato envolviam a UBS e o CRAS do território. Desta forma, foram realizados:

- Acompanhamento individual de 15 usuárias. Os atendimentos eram semanais, por contato telefônico ou vídeo chamada, voltados para saúde mental das usuárias da UBS, ou atendimentos com foco na proteção social básica para aquelas referenciadas pelo CRAS;
- Um grupo quinzenal de mulheres usuárias do CRAS pelo aplicativo de mensagens WhatsApp, com duração de 60 minutos. A falta de acesso à internet por parte de algumas usuárias impossibilitou que o grupo acontecesse por videoconferências; logo, todas as atividades propostas e discussões realizadas foram feitas diretamente no grupo no Whatsapp a partir de áudios e mensagens de texto. O grupo contou com a participação de 11 usuárias, uma assistente sociais e as 3 estagiárias do território Dunas, totalizando 6 encontros virtuais durante o semestre;
- Três encontros formativos destinados às trabalhadoras deste mesmo CRAS, de frequência quinzenal, utilizando-se da plataforma virtual meet. O tema eleito pelo serviço foi “acolhimento”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi observado durante as práticas um elemento que atravessa as diversas mulheres acompanhadas no CRAS e na UBS: o cuidado. Durante o grupo do CRAS e nos acompanhamentos singulares foi possível perceber que as mulheres acompanhadas, mães e donas de casa, cuidam da família e de todas as questões

que a envolvem, ao passo que “esquecem” de cuidar delas mesmas, colocando seus interesses e problemas em segundo plano. Durante as ações do estágio, procurou-se problematizar o que Patrícia Hill Collins chama de imagem de controle, isto é, a força de algumas representações estereótipos que performam a existência de mulheres negras, em especial a imagem da Mammy (cuidadora - continuação da mucama). Durante os acompanhamentos, as estagiárias estimularam o autocuidado, por meio de práticas corporais, do body mapping, além de reforçarem estratégias para fortalecimento da rede social de suporte. Ao longo dos atendimentos singulares, as mulheres de ambos os serviços trouxeram histórias de violências pelas quais passaram e ainda passam, inclusive situações não reconhecidas como violência, como agressão verbal e abandono. Além disso, traições por parte de seus parceiros, que acarretaram em infecções sexualmente transmissíveis (IST), principalmente a sífilis. Observando essa demanda recorrente, surgiu a ideia da produção de vídeos educativos, que trouxessem informações sobre o tema, locais/profissionais a serem procurados e a importância de buscar ajuda. O vídeo sobre sífilis já foi produzido pela bolsista de extensão e está no canal do YouTube do LAPET. Outra demanda alarmante que será abordada em um próximo vídeo é a violência doméstica, que também foi observada durante os atendimentos.

Por ser um território marcado pelo descaso do Estado, muitas moradoras do bairro Dunas encontram-se desempregadas ou em trabalhos informais, o que gera uma situação de insegurança alimentar dentro das famílias. Nesse sentido, para o próximo semestre, o LAPET pretende articular parceiros para criação de uma horta comunitária. “Usufruir de segurança alimentar e nutricional é uma condição básica e indispensável para podermos vivenciar a liberdade e o pleno desenvolvimento de nossas capacidades” (SILIPRANDI, 2012, p.144). Além disso, espaços comunitários também podem mobilizar formas de sociabilidade solidárias e de enfrentamento de questões socioterritoriais.

Além das ações realizadas, o projeto produziu inovação metodológica. Sob inspiração da cosmovisão indígena trabalhado por Eduardo Viveiros de Castro e do feminismo latino-americano, propôs-se as Atividades de Tradução Cultural (ATC) como método de intervenção e pesquisa, capaz de levar em conta os problemas éticos e políticos inerentes à zona de contato entre culturas, espaço relacional no qual as atividades enfatizam as assimetrias entre linguagens, perspectivas e hierarquias de poder (ALMEIDA et al., 2021). O método permitiu enxergar como as mulheres (estagiárias e usuárias) utilizavam-se da bagagem pessoal como instrumento de interpretação e ação, racionalidades que não se reduziam ao saber científico. Além disso, acionou formas de experimentação e novas formas de pensar e agir, mesmo que não levassem imediatamente à superação de contradições.

Ademais, o laboratório deseja realizar seu primeiro fórum da comunidade de práticas. A ideia é trazer temas comuns aos setores nos quais o LAPET já está inserido (UBS, CRAS, escolas) para que se possa criar novas estratégias de cuidado que respondam às demandas da população, propondo sempre a reflexão sobre o trabalho, para que se possa produzir práticas cada vez mais emancipatórias.

4. CONCLUSÕES

Guajardo (2016), nos convoca para uma *Terapia Ocupacional Outra*, que promova a democracia e outras formas de relações, produzindo novas formas de

vida; que vise o bem comum. Uma Terapia Ocupacional Outra que nos exige assumir uma posição crítica e decolonial, que dialogue constantemente com a América Latina, independentemente do âmbito no qual a prática profissional está inserida, reconhecendo que a neutralidade é impossível em uma profissão que estuda e trabalha com a atividade humana. (GUAJARDO, 2016). O contato com a história das mulheres permitiu refinar e elaborar as ferramentas de intervenção e pensamento capazes de responder às demandas dos serviços. Destaca-se a potência dos vídeos educativos e os podcasts curtos produzidos para serem amplamente divulgados entre usuários, trabalhadores e comunidade em geral, bem como a instrumentalização das Agentes Comunitárias em um momento em que a crise sanitária acaba por ocultar outras necessidades sociais e em saúde. Alguns desafios foram sendo observados durante o processo, como o contato com as equipes da UBS, visto que o estágio aconteceu no formato remoto; a falta de articulação entre os setores, neste caso, UBS e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), para que o cuidado possa ser realizado em rede.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, D. E. R. G.; BENAVENTANA, G. S.; JESKE, V.; CORDEIRO, L. A tradução como paradigma ético e método em pesquisa participante no contexto da pandemia de covid-19. **I CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE METODOLOGIA: DESAFIOS METODOLÓGICOS ATUAIS** (Qualis2021). 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **The black feminist thought**. London, Routledge, 2000.

GUAJARDO, A. C. Lecturas y relatos históricos de la Terapia Ocupacional en Suramérica. Una perspectiva de reflexión crítica. **Revista Ocupación Humana**. v. 16, n. 2, p. 110-117, 2016.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Revista Tabula Rasa**. Bogotá, n.9, p. 73-101, jul./dez. 2008.

MIGNOLO, W. D. COLONIALIDADE: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online], v. 32, n. 94, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Anuário Mariateguiano**. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997.

_____. Colonialidad del poder y clasificación social. In: QUIJANO, A. **Cuestiones y Horizontes**. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p.285-327.

SILIPRANDI, E. A alimentação como um tema político das mulheres. **Revista de Ciências Humanas e Artes - Ariús**. Campina Grande, v. 18, n.1, p. 143-158, jan./jun. 2012.

TONIAL, F. A. L., MAHEIRIE, K., GARCIA JR. C. A. S. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. **Revista de Psicologia da UNESP**. v. 16, n. 1, 2017.